

**UM PONTO DE VISTA DA AUSÊNCIA DO LUGAR SOBRE A
GUERRILHA DO ARAGUAIA NA OBRA *ARAGUAIANAS*, DE PAULO
FONTELES FILHO (2013), À LUZ DE ARTURO ESCOBAR**

**A POINT OF VIEW OF THE ABSENCE OF PLACE ON THE ARAGUAIA
GUERRILLA IN THE WORK *ARAGUAIANAS*, BY PAULO FONTELES FILHO
(2013), IN THE LIGHT OF ARTURO ESCOBAR**

João Paulo Costa Alves¹

César Alessandro Sagrillo Figueiredo²

Resumo: Este artigo tem como objetivo geral analisar a ausência da noção de “lugar” como categoria política e epistêmica na obra *Araguaianas*, de Paulo Fonteles Filho (2013), abordando seus efeitos na memória da Guerrilha do Araguaia. A metodologia adotada é qualitativa, crítica e interpretativa, com análise textual e discursiva de cinco textos da obra. O referencial teórico baseia-se no pensamento decolonial, com destaque para Arturo Escobar (2000) e sua concepção de lugar como espaço relacional, simbólico e de resistência, além de autores como Quijano, Lugones e Dussel. Os resultados evidenciam que a narrativa prioriza os militantes e a repressão, silenciando os saberes camponeses e o território como agente ativo. A floresta é retratada como cenário, tendo os camponeses como coadjuvantes. Também, apontamos que essa ausência enfraquece a potência transformadora da memória insurgente e contribui para o epistemicídio territorial, logo, o estudo propõe uma reterritorialização da narrativa como condição para a justiça histórica.

Palavras-chave: Lugar. Guerrilha do Araguaia. Memória.

Abstract: This article aims to analyze the absence of the notion of “place” as a political and epistemic category in the work *Araguaianas*, by Paulo Fonteles Filho (2013), addressing its effects on the memory of the Araguaia Guerrilla. The methodology adopted is qualitative, critical and interpretative, with textual and discursive analysis of five texts from the work. The theoretical framework is based on decolonial thought, with emphasis on Arturo Escobar (2000) and his conception of place as a relational, symbolic and resistant space, as well as authors such as Quijano, Lugones and Dussel. The results show that the narrative prioritizes militants and repression, silencing peasant knowledge and the territory as an active agent. The forest is portrayed as a setting, with peasants as supporting actors. We also point out that this absence weakens the transformative power of insurgent memory and contributes to territorial epistemicide, therefore, the study proposes a reterritorialization of the narrative as a condition for historical justice.

Keywords: Place. Araguaia Guerrilla. Memory.

¹ Doutorando em Linguística e Literatura pela Universidade Federal do Norte do Tocantins. Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e Universidade da Amazônia (Unama). E-mail: professor.joapaulo@gmail.com

² Doutor em Ciência Política (UFRGS) e Pós-Doutor em Literatura (UFT). Docente da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) no curso de Licenciatura em Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Língua e Literatura (PPGLIT-UFNT) e no Programa de Pós-Graduação em Educação e Prática Educacionais (PPGEPE-UFMA). E-mail: cesar.figueiredo@ufnt.edu.br

Submetido em 24 de fevereiro de 2026.

Aprovado em 21 de julho 2026.

Introdução

Nas últimas décadas, os debates sobre memória histórica, resistência política e território têm ganhado centralidade nos estudos decoloniais, especialmente em contextos marcados por regimes autoritários e apagamentos sistemáticos. Nesse contexto,

A ascensão das Forças Armadas ao cenário político brasileiro em 1964 inaugurou um período de intervenção duradoura, marcado pela instauração de um regime ditatorial no qual os militares exerciam controle sobre o aparato estatal (Alves; Cardoso, 2024, p.125).

Assim a ditadura civil-militar (1964-1985) não apenas silenciou opositores e instaurou um regime de exceção, como também promoveu um processo violento de reestruturação territorial (Reis, 2010), sobretudo na região amazônica, por meio de megaprojetos de desenvolvimento, militarização e ocupação forçada. Nesse contexto, a Guerrilha do Araguaia, organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970, emergiu como tentativa de resistência armada, enraizada entorno do Bico do Papagaio, área de fronteira socioterritorial entre Pará, Maranhão e atual Tocantins (Campos Filho, 1997).

Nesse cenário, a memória de guerrilha, mesmo em obras de viés militante como *Araguaianas: as histórias que não podem ser esquecidas*, de Paulo Fonteles Filho (2013), apresenta lacunas significativas quanto à dimensão do lugar vivido, do saber camponês e das ecologias locais. A narrativa tende a destacar o heroísmo ideológico dos militantes, mas frequentemente marginaliza ou reduz a presença ativa dos camponeses à condição de pano de fundo da ação revolucionária. Essa ausência não é apenas literária ou historiográfica: é também epistemológica.

À luz das contribuições de Arturo Escobar, em seu artigo intitulado “*El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo?*” (p.113), na obra *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales* (2000), organizado por Edgardo Lander, que propõe uma crítica radical ao desenvolvimento capitalista e à colonialidade do saber, esta pesquisa propõe uma leitura crítica de cinco textos da obra *Araguaianas* (2013), a partir da categoria analítica de lugar. Escobar (2000) propõe que

o lugar não é um espaço vazio ou geográfico, mas um território vivo, carregado de práticas, saberes, memórias e formas de resistência, o que se contrapõe à lógica do “não-lugar” imposta pelos projetos modernizantes, como os implementados pela ditadura civil-militar na Amazônia.

Nesse sentido, este artigo se insere nas reflexões decoloniais de autores como Aníbal Quijano (2005), María Lugones (2008), Enrique Dussel (2005) e Ramón Grosfoguel (2006), ao problematizar os efeitos do eurocentrismo nas narrativas políticas e acadêmicas, inclusive nas que se dizem contra-hegemônicas. Conforme Wallerstein (2002), na obra *O fim do mundo como o concebemos: Ciência Social para o século XXI*, vivemos uma crise estrutural do sistema-mundo capitalista, em que as narrativas e instituições construídas sob o domínio ocidental estão em colapso, abrindo espaço para novas formas de organização social e econômica ou, alternativamente, para regimes ainda mais autoritários e excludentes. A ditadura civil-militar brasileira, inserida no contexto da Guerra Fria e do anticomunismo global promovido pelos Estados Unidos, representa uma dessas manifestações de controle que visaram manter a ordem do capital, reprimindo qualquer tentativa de reorganização radical do mundo, inclusive aquelas enraizadas no território.

Neste contexto, temos como objetivo geral analisar a “ausência da noção de lugar” como categoria política e epistêmica na obra *Araguaianas* (2013), discutindo os efeitos desse apagamento na construção da memória da Guerrilha do Araguaia. Como objetivos específicos, propõe-se: a) discutir os conceitos de lugar e não-lugar em Arturo Escobar; b) analisar como o espaço entorno Bico do Papagaio é representado na obra de Paulo Fonteles Filho; c) examinar a presença ou silenciamento dos saberes camponeses e das territorialidades insurgentes na narrativa; e d) contribuir para uma releitura decolonial das memórias da resistência armada no Brasil.

Ao tensionar literatura, história, território e teoria decolonial, este trabalho busca contribuir para o entendimento de que as disputas narrativas, também são disputas de mundo, e que as memórias da guerrilha, como as do Araguaia, não podem prescindir da centralidade do lugar como *locus* de saber, vida e resistência. Nesse sentido, recuperar essas memórias é também um gesto político de reexistência frente às tentativas de apagamento histórico. Trata-se de reinscrever o território como agente ativo na construção de sentidos e de futuros possíveis.

1 O conceito de lugar em Arturo Escobar

O ensaio de Arturo Escobar (2000), antropólogo colombiano de referência nos estudos decoloniais e na ecologia política latino-americana, propõe uma reformulação epistemológica e política entorno do conceito de “lugar”. Em oposição às narrativas globalizantes, desenvolvimentistas e eurocêtricas, Escobar (2000) reivindica o lugar como espaço de vida, resistência, prática e saber local, e não apenas como um ponto geográfico ou categoria técnica.

A crítica central de Escobar (2000) está voltada ao paradigma moderno-ocidental, que reduziu os territórios a espaços abstratos e funcionais, transformando-os em “não-lugares”, conforme os interesses do capitalismo global e do Estado moderno. Essa transformação é vista como parte do processo de colonialidade do saber, conceito cunhado por Aníbal Quijano (2005), que denuncia a imposição de um padrão eurocêntrico de conhecimento sobre as diversas formas de saberes não ocidentais.

Para Escobar (2000), o lugar é um conceito que extrapola a geografia física ou a localização espacial. Trata-se de um território simbólico e material, no qual se entrelaçam as dimensões do corpo, da cultura, da natureza e da prática.

el hecho es que el lugar – como la experiencia de una localidad específica con algún grado de enraizamiento, linderos y conexión con la vida diaria, aunque su identidad sea construida y nunca fija – continúa sien do importante en la vida de la mayoría de las personas, quizás para todas. Existe un sentimiento de pertenencia que es más importante de lo que queremos admitir, lo cual hace que uno considere si la idea de “regresar al luga” -para usar la expresión de Casey – o la defensa del lugar como proyecto – en el caso de Dirlik no son cuestiones tan irrelevantes después de todo (p.113).³

Dessa forma, o lugar é onde se constroem identidades, relações sociais, formas de pertencimento e projetos de mundo alternativos. Em sua perspectiva, o lugar abriga o que chama de “racionalidades outras”, saberes enraizados, não capitalistas, muitas vezes silenciados pelas ciências sociais modernas.

Inspirado por autores como Henri Lefebvre, Tim Ingold e Gudeman e Rivera, Escobar (2000) propõe que os lugares devem ser pensados como tecidos relacionais, onde

³ O fato é que o lugar – entendido como a experiência de uma localidade específica, com certo grau de enraizamento, delimitações e conexão com a vida cotidiana, ainda que sua identidade seja construída e jamais fixa – continua sendo importante na vida da maioria das pessoas, talvez de todas. Existe um sentimento de pertencimento que é mais importante do que queremos admitir, o que nos leva a considerar se a ideia de “retornar ao lugar” – para usar a expressão de Casey – ou a defesa do lugar como projeto – no caso de Dirlik – não são, afinal, questões tão irrelevantes (p. 113).

as comunidades constroem conhecimento por meio da experiência cotidiana, da corporeidade e da interação com o ambiente. Essas práticas locais constituem o que ele denomina ontologias relacionais, em oposição à ontologia dualista da modernidade (natureza/cultura, sujeito/objeto, centro/periferia).

Assim, o lugar não é apenas um cenário, mas um sujeito político e epistêmico, onde se gestam alternativas civilizatórias ao modelo hegemônico moderno-colonial. Trata-se de uma dimensão pluriversal, onde muitos mundos são possíveis, como podemos observar neste trecho:

Los modelos locales también evidencian un arraigo especial a un territorio concebido como una entidad multidimensional que resulta de los muchos tipos de prácticas y relaciones; y también establecen vínculos entre los sistemas simbólico/culturales y las relaciones productivas que pueden ser altamente complejas (Escobar, 2000, p. 120).⁴

Por outro lado, o “não-lugar” é ressignificado por Escobar (2000) em sua crítica ao desenvolvimento e à globalização. Para ele, os não-lugares são territórios esvaziados de sentido, criados pelo projeto capitalista como zonas de extração, controle, circulação e consumo. Nesse modelo, o espaço é colonizado por interesses externos e tecnocráticos, rompendo com os laços simbólicos, culturais e ecológicos que sustentam as formas de vida locais.

A Amazônia, por exemplo, tornou-se, sob a lógica do regime civil-militar brasileiro, um “não-lugar” por excelência: uma área tratada como vazio demográfico a ser ocupado, asfaltado e monetizado, ignorando suas populações, ecossistemas e cosmologias próprias. Nesse sentido, Escobar (2000) insere-se na tradição de autores como Enrique Leff, ao propor uma racionalidade ambiental contra-hegemônica, baseada na reterritorialização dos saberes e práticas locais.

O conhecimento local, segundo Escobar (2000), é construído a partir da prática cotidiana, da vivência territorial e da relação integral com o ambiente. Ele não separa o saber da experiência, tampouco o sujeito do seu contexto. Esses saberes são muitas vezes

⁴ Os modelos locais também evidenciam um enraizamento particular em um território concebido como uma entidade multidimensional, resultante dos diversos tipos de práticas e relações; além disso, estabelecem vínculos entre os sistemas simbólicos/culturais e as relações produtivas, que podem ser altamente complexas (Escobar, 2000, p. 120).

orais, encarnados, simbólicos, afetivos e por isso foram historicamente deslegitimados pelas ciências sociais coloniais, conforme também denuncia Mignolo (2005).

Tais conhecimentos, no entanto, possuem alto valor político e ambiental, pois sustentam modos de vida resilientes e sustentáveis, frequentemente criminalizados ou marginalizados pelos regimes de poder. Em contextos de resistência, como o da Guerrilha do Araguaia, o conhecimento local dos camponeses sobre os rios, as matas, as trilhas, as plantas, os ciclos e as relações sociais são um exemplo concreto de saber insurgente, ainda que muitas vezes invisibilizado pelas narrativas heroicas ou ideológicas de matriz urbana.

Escobar (2000) chama atenção para a importância de articular o conhecimento local a redes globais, sem submeter o primeiro ao segundo. É a partir dessa articulação que ele propõe a ideia de “glocalidades insurgentes” (p.136), onde o enraizamento no lugar é combinado com estratégias amplas de transformação social, ecológica e epistêmica.

Escobar (2000), em sintonia com os teóricos da decolonialidade como Dussel, Lugones e Quijano, entende o lugar como espaço de ruptura ontológica com o sistema-mundo moderno-colonial. O lugar é, portanto, território de reexistência, um conceito que aparece com “força nas lutas indígenas, quilombolas, feministas e ecológicas na América Latina” (Escobar, 2000, p. 118) e por extensão nas lutas camponesas e guerrilheiras

Se o sistema capitalista está, como defende Wallerstein (2002), em crise estrutural, os lugares insurgentes e seus saberes não eurocentrados se tornam elementos decisivos na configuração de futuros possíveis, mais justos, plurais e sustentáveis. O lugar, então, é muito mais do que uma paisagem: “é um projeto de mundo em disputa” (Escobar, 2000, p. 129).

2 A Guerrilha do Araguaia e o Bico do Papagaio: a crítica do não-lugar

O recorte temporal corresponde ao período da Guerrilha do Araguaia (1972-1975), nesse contexto, a análise parte da região do entorno do Bico do Papagaio em fins da década de 1960. Localizada na confluência dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins (à época norte de Goiás), constitui um território historicamente marcado pela marginalização social, pelo abandono estatal e pela presença de populações camponesas, migrantes e indígenas (Figueiredo; Gomes, 2020). Durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), essa área tornou-se cenário de uma das mais emblemáticas experiências de resistência armada contra o regime: a Guerrilha do Araguaia. Organizada

pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), entre o final da década de 1960 e meados da década de 1970, a guerrilha teve como estratégia a implantação de um foco de luta revolucionária no campo, inspirado na Revolução Cubana e no modelo maoísta de guerra popular prolongada (Figueiredo, 2023).

No entanto, mais do que um conflito armado entre militantes e o Exército, o episódio da Guerrilha do Araguaia representa uma disputa territorial profunda, que envolve projetos antagônicos de ocupação, de organização social e de compreensão do espaço. De um lado, o projeto insurgente dos guerrilheiros buscava, por meio do enraizamento local e da organização camponesa fomentar uma revolução socialista a partir do campo. Do outro lado, o Estado autoritário brasileiro, em articulação com interesses militares, empresariais e internacionais, via a região como um “vazio demográfico” a ser ocupado e integrado ao modelo desenvolvimentista do milagre econômico.

Segundo o documento encontrado pela Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014) intitulado “Estudo do PCdoB para Implantação da Guerrilha no Araguaia” (1968-1972), que é um plano estratégico elaborado para orientar a instalação e o desenvolvimento da luta armada no interior do Brasil, o Araguaia é descrito como território ideal para a guerrilha, com base em suas características geográficas, ecológicas e sociais.

A escolha do Bico do Papagaio como base da guerrilha não foi aleatória. A região apresentava características estratégicas tanto do ponto de vista geográfico quanto social: densa cobertura florestal e relevo acidentado, que favoreciam táticas de guerrilha e dificultavam o acesso das forças armadas; presença de ribeirinhos, pequenos agricultores e migrantes nordestinos, que viviam de maneira precária e à margem das políticas públicas; e, fronteira agrícola em expansão, mas ainda pouco ocupada institucionalmente, o que permitia o desenvolvimento de ações clandestinas e de formação política camponesa (Brasil, 2014).

Os militantes do PCdoB passaram anos se infiltrando na região, sob disfarces de lavradores, professores, comerciantes e pescadores. A proposta era se integrar às comunidades, compreender suas necessidades e, a partir disso, criar uma base social sólida para uma futura insurreição popular. O processo de implantação da guerrilha envolveu também alfabetização, assistência médica, distribuição de bens e organização

política, sempre em articulação com o território, mas se observa essa conjuntura mais tática e política:

A região é coberta de matas, favorável ao início e desenvolvimento da guerra de guerrilha, como demonstram experiências internacionais (Vietnã, Malásia, Angola). A selva é fonte de alimentos, abrigo seguro e dificulta o uso de armas pesadas, veículos e tecnologia militar moderna pelo inimigo.

A economia local é de subsistência, baseada no cultivo de arroz, mandioca, milho, feijão e fava, além da extração de madeira, babaçu e castanha. As condições de trabalho são precárias, especialmente para as mulheres na coleta do babaçu.

A construção da rodovia Transamazônica, apesar de facilitar o acesso do inimigo, também se configura como ponto vulnerável, pois os guerrilheiros poderão usar a floresta para ataques de surpresa (Brasil, 2014, p. 2-3).

A partir da teoria de Escobar (2000), especialmente no que se refere aos conceitos de “pós-desenvolvimento”, “lugar”, “ecologia política” e “resistência territorial”, o documento do PCdoB pode ser lido como expressão de um projeto revolucionário que, embora intencione romper com o sistema dominante, ainda carrega contradições típicas da racionalidade moderno-colonial. O Araguaia é apresentado como um espaço propício à guerra popular prolongada devido à sua geografia, à presença de matas densas, à precariedade da infraestrutura estatal e à composição social empobrecida da população. Entretanto, o modo como o território é descrito, como abrigo, refúgio, fonte de alimentos e palco ideal para a tática de guerrilhas, revela uma concepção funcional e instrumentalizada do lugar, que Escobar (2000) critica por sua limitação estratégica e epistêmica.

O território, segundo Escobar (2000, p. 15), “não é apenas o cenário físico onde ocorrem os conflitos, mas um espaço vivo de relações, afetos, saberes e práticas que constroem alternativas reais à lógica desenvolvimentista”. Ao tratar o Araguaia como um recurso tático e o camponês como uma força de apoio passiva, “pobre e sofrida”, “potencialmente partidária da revolução” (Brasil, 2014, p. 3), o documento reproduz a colonialidade do saber descrita por Quijano (2005): uma hierarquização entre saberes estratégicos e técnicos (planejamento militar) e os saberes territoriais, comunitários, muitas vezes orais e não escritos, que emergem da vida concreta no campo. A guerrilha, nesse projeto, é algo que se implanta no território, mas não se pensa a partir dele. Faltam no texto as vozes dos sujeitos locais, suas cosmologias, seus modos de ver e viver o

mundo, que poderiam dar à revolução um enraizamento mais radical e uma potência verdadeiramente decolonial.

Além disso, a floresta e o rio Araguaia, elementos centrais da região, são reduzidos à condição de obstáculos ou suportes materiais, ignorando sua dimensão simbólica, espiritual e ecológica para os povos que ali habitam. Essa ausência do reconhecimento da floresta como sujeito político-ecológico evidencia a ruptura entre o projeto insurgente e a ecologia política defendida por Escobar (2000), este que propõe a valorização das relações entre humanos e não humanos, do cuidado, da reciprocidade e da vida situada. Do mesmo modo, a insurgência camponesa aparece no documento como consequência da propaganda revolucionária e não como uma potência própria, encarnada nas práticas de resistência do cotidiano, no cultivo da terra, na proteção das roças e na memória oral. Lugones (2008), ao falar de insurgência de saberes locais, reflete que a revolução só se sustenta se ela for também sensível aos modos de vida locais, aos corpos que conhecem com os pés descalços no chão.

Embora o plano do PCdoB represente um esforço notável de organização e ação revolucionária, ele permanece atrelado a uma lógica de cima para baixo, que enxerga a região como espaço vazio de poder à espera de ocupação. A proposta de guerrilha no Araguaia, corajosa, estratégica, solidária, fracassa em assumir plenamente o lugar como fonte de saber, como aliado epistêmico. Superar a ditadura civil-militar exige mais do que armas e organização: exige descolonizar o olhar, escutar o território e construir com ele, não apenas sobre ele.

A Amazônia e, por extensão, o entorno do Bico do Papagaio, passou a ser tratada como território de integração nacional, com pouca ou nenhuma consideração pelas populações locais. Esse processo reflete o que Escobar (2000) denomina de transformação do lugar em não-lugar: espaços reconfigurados pelo capital e pelo Estado, que apagam os saberes locais, as histórias populares e os modos de vida sustentáveis em nome do progresso, da segurança e do crescimento.

Dessa forma, a ditadura civil-militar tinha seus próprios planos para a Amazônia oriental. A partir da década de 1970, com a intensificação do chamado milagre econômico, o Estado passou a investir pesadamente na ocupação militar e econômica da região amazônica: a) construção de grandes rodovias (como a Transamazônica e a Belém-Brasília); b) implantação de projetos de colonização e de migração forçada (especialmente de nordestinos); c) estímulo ao capital externo para exploração mineral e

agropecuária; e d) presença intensiva das Forças Armadas, com fins geopolíticos e de repressão interna (Souza, 2011).

Com a descoberta da guerrilha, o Estado desencadeou uma das mais brutais campanhas de repressão já vistas no Brasil. Entre 1972 e 1975, o Exército realizou três grandes operações militares, que envolveram prisões arbitrárias e tortura de moradores locais, desaparecimentos forçados de guerrilheiros e camponeses, ocultação de cadáveres, censura e desinformação sistemática, silenciamento histórico e epistemológico da região e de sua população. O território do Araguaia foi, então, militarizado e epistemicamente apagado. Até hoje, muitos corpos de guerrilheiros seguem desaparecidos, e os relatos de camponeses sobre o período permanecem subvalorizados (Alves; Figueiredo, 2025). A narrativa oficial priorizou os aspectos militares do confronto, marginalizando as experiências locais, os saberes do território e o papel dos moradores na resistência ou na sobrevivência.

Quando observado a partir da lente teórica de Escobar (2000), o episódio da Guerrilha do Araguaia revela-se mais do que um conflito armado: trata-se de uma disputa de mundo. A guerrilha tentou construir, ainda que de forma limitada e com contradições, um projeto enraizado na prática local, nas relações de vizinhança e no reconhecimento do lugar como espaço de libertação e insurgência. Por outro lado, o regime autoritário buscou transformar esse mesmo território em não-lugar: funcionalizado, explorado e desprovido de subjetividade e saber.

Ao ignorar ou marginalizar essa dimensão do lugar como ocorre, por vezes, até mesmo em obras de memória como *Araguaianas* (2013) perde-se a potência insurgente do território, reduzindo-o a pano de fundo da narrativa revolucionária ou da repressão estatal. Assim, compreender a região do Bico do Papagaio como território de disputa é também reconhecer que a resistência à ditadura civil-militar não se deu apenas pelas armas, mas também pela permanência, pelo saber, pelo uso do solo, pelas relações de cuidado e pelo conhecimento do lugar.

Para orientar a análise da obra *Araguaianas*, foram adotadas categorias analíticas fundamentadas no pensamento de Arturo Escobar (2000), utilizadas como eixos interpretativos para compreender a representação do território, dos sujeitos locais e dos saberes presentes na narrativa.

A principal categoria é lugar, entendido como um território relacional, no qual natureza, cultura, memória, práticas sociais e saberes locais constituem formas de

existência e resistência. Em contraposição, o não-lugar refere-se aos espaços esvaziados de significados, submetidos às racionalidades do Estado, do capital ou da guerra, onde os vínculos entre território e comunidade são rompidos.

Também foi considerada a agência epistêmica, compreendida como a capacidade dos sujeitos locais de produzir, preservar e transmitir conhecimentos sobre o território, assumindo papel ativo na construção da memória. A reterritorialização foi entendida como o processo de restituição do lugar como centro da narrativa, valorizando os saberes e as experiências historicamente silenciadas. Por fim, a categoria sujeito político permitiu analisar se os camponeses são representados como protagonistas da resistência e produtores de história ou apenas como vítimas e coadjuvantes dos acontecimentos.

Embora este estudo esteja fundamentado na perspectiva decolonial de Arturo Escobar (2000), a análise também dialoga com os estudos literários e discursivos que compreendem a narrativa como forma de construção da memória e de representação da realidade. Conforme Candau (2019), toda memória é uma elaboração social, marcada por disputas de sentidos, enquanto Ricoeur (2007) demonstra que a narrativa organiza a experiência histórica por meio de escolhas, silenciamentos e enquadramentos. Nessa perspectiva, *Araguaianas* é compreendida não apenas como um registro documental, mas como uma narrativa que produz determinados efeitos de representação sobre a Guerrilha do Araguaia, seus sujeitos e seu território.

3 Análise crítica da obra *Araguaianas*

A obra *Araguaianas: as histórias que não podem ser esquecidas*, de Paulo Fonteles Filho, publicada em 2013 pela Editora Anita Garibaldi em parceria com a Fundação Maurício Grabois, constitui uma importante narrativa memorial sobre a Guerrilha do Araguaia. Composta por 44 textos, incluindo o prefácio, a obra denuncia as violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura civil-militar brasileira e reafirma a importância da memória, da verdade e da justiça.

Mais do que um registro documental, a obra organiza experiências, testemunhos e lembranças em uma narrativa que atribui sentidos ao passado e participa da construção da memória coletiva. Conforme Ricoeur (2007), toda narrativa implica escolhas, enquadramentos e silenciamentos, enquanto Candau (2019) ressalta que a memória é sempre uma elaboração social, marcada por disputas de representação. Sob essa perspectiva, *Araguaianas* é compreendida neste estudo como uma representação literária

da Guerrilha do Araguaia, cuja narrativa evidencia determinados sujeitos, acontecimentos e formas de resistência, ao mesmo tempo em que marginaliza outras experiências igualmente constitutivas desse processo histórico.

Partindo dessa compreensão, este estudo adota uma abordagem qualitativa, crítica e interpretativa, articulando a análise discursiva da narrativa aos pressupostos da perspectiva decolonial de Arturo Escobar (2000). O objetivo não consiste em verificar a veracidade dos acontecimentos narrados, mas compreender como o discurso literário organiza a memória da Guerrilha do Araguaia e representa o território, os sujeitos e os saberes nele produzidos. Nesse sentido, a obra é analisada como espaço de disputa simbólica, no qual diferentes concepções de território, identidade e resistência são construídas e legitimadas por meio da narrativa.

A análise foi orientada pelas categorias lugar, não-lugar, agência epistêmica, reterritorialização e sujeito político, apresentadas na fundamentação teórica. Essas categorias constituíram os eixos interpretativos da pesquisa, permitindo examinar, em cada narrativa, (i) como o território é representado; (ii) qual o papel atribuído aos camponeses; (iii) de que forma os saberes locais são incorporados ao discurso; e (iv) em que medida o lugar é reconhecido como espaço de produção de conhecimento, memória e resistência. Ao articular essas categorias à análise narrativa, busca-se evidenciar não apenas o conteúdo histórico da obra, mas também os efeitos discursivos produzidos pela seleção dos acontecimentos, pela caracterização dos personagens e pela representação do espaço amazônico.

Para esse fim, foram selecionados cinco textos da obra: “A luta pela verdade e memória no Brasil” (p. 12), “Zé Veinho” (p. 51), “Imagem Araguaiana” (p. 70), “Sepultamentos verticais” (p. 102) e “Relatos de um homem morto” (p. 113). A escolha desse corpus justifica-se pela recorrência de elementos relacionados à territorialidade, à memória, aos saberes locais e à participação dos camponeses na Guerrilha do Araguaia. Essas narrativas permitem confrontar a representação construída por Fonteles Filho com a concepção de lugar desenvolvida por Escobar (2000), identificando tanto as potencialidades da obra para a preservação da memória quanto os silenciamentos discursivos relativos ao protagonismo territorial e às epistemologias produzidas pelas populações locais.

A seguir, procede-se à análise dos textos selecionados, buscando compreender em que medida *Araguaianas* representa o Araguaia como um território de produção de

saberes, memória e resistência ou, ao privilegiar determinadas vozes e acontecimentos, reproduz escolhas narrativas que conferem menor centralidade aos sujeitos locais e às relações históricas construídas entre comunidade, natureza e território.

Texto 1: “A luta pela verdade e memória no Brasil”

Neste texto, Fonteles Filho opera a partir do que Lugones (2008) chama de saber encarnado, sua trajetória é construída pela vivência nos sertões, pelo luto familiar e pela militância política: “Por essa mesma época comecei a viajar pelos sertões, sempre em atividades partidárias, ligadas à luta do povo e dos camponeses” (p.13).

A narrativa mescla memória individual, história familiar e epistemologia territorial. “Naqueles dias (...) meu pai nos contava certas histórias de combates, adaptadas para aquele universo infantil e misturava-as aos jacarés, aos peixes, aos bichos, às praias e aos pedrais” (p. 13) aqui, a floresta não é paisagem, é personagem.

A reterritorialização da memória opera, como ensina Elizabeth Jelin (2002), como um ato político de recusa ao esquecimento institucionalizado. Fonteles rompe com a narrativa oficial e constrói um conhecimento que se articula com os saberes locais, com os mateiros, os camponeses e os sobreviventes da repressão. Ele escreve a partir de um lugar de fala insurgente, em que o território é também uma forma de testemunho.

Aquelas fantásticas histórias me faziam ter as mentais imagens dos grandes batelões que atravessavam as cachoeiras, tudo sobre o braço indígena, até encontrar o Tocantins, outro gigante das águas brasileiras. (...) Passamos a noite inteira, sob céu estrelado, conversando sobre a resistência, muitas vezes em armas, contra a tirania e a opressão (Fonteles Filho, 2013, p.13).

Ao se engajar nos grupos de trabalho para localizar restos mortais e reconstruir as verdades da guerrilha, Fonteles Filho propõe uma política da memória que, como diria Michael Pollak (1989), desafia o esquecimento estruturado uma operação do poder para deslegitimar sujeitos e experiências. A presença do rio, da mata e dos corpos camponeses reatualiza a ecologia política de Escobar (2000): o Araguaia é o campo onde a modernidade armada se confronta com a resistência do lugar.

(...) expedição até a região conflagrada, no intuito de localizar os restos mortais daqueles heróis nacionais. (...) Ai vivi nas casas camponesas de São Domingos do Araguaia e andei por meses com Sinvaldo Gomes e Zé da Onça (Fonteles Filho, 2013, p.13).

Texto 2: “Zé Veinho”

A narrativa conta que em meio à Guerrilha do Araguaia, o camponês Zé Veinho conquista sua pequena propriedade após anos de trabalho, mas tem sua vida destruída pela repressão militar. Preso e coagido a colaborar com o Exército, presencia prisões, torturas e perseguições contra moradores da região. A violência vivida deixa marcas profundas, silenciando sua voz e simbolizando o sofrimento dos camponeses durante o conflito.

À luz da concepção de lugar proposta por Arturo Escobar (2000), o episódio de Zé Veinho revela que o Araguaia não é apenas o cenário da Guerrilha, mas um território de enraizamento, pertencimento e produção da vida. O narrador evidencia essa relação ao afirmar que o camponês chegou à região movido pela “esperança de um palmo de chão” (p.51) e que, após o trabalho cotidiano, “a generosa terra já havia lhe dado feijão e milho maduro” (p.51) e “já lhe dava a generosa terra o sustento dos rebentos” (p.51). Essas passagens confirmam a ideia de Escobar (2000) de que o lugar constitui uma entidade multidimensional, onde natureza, trabalho, família e identidade se articulam em uma experiência concreta de existência. O vínculo estabelecido por Zé Veinho com a terra ultrapassa a dimensão econômica: trata-se de um território vivido, onde se constroem relações sociais, projetos de futuro e um profundo sentimento de pertencimento.

Entretanto, esse lugar é violentamente interrompido pela lógica moderno-colonial representada pelo Estado militar. A ruptura ocorre quando “o ensurdecador barulho de um helicóptero verde-oliva desceu em suas terras, esvoaçando a palha que lhe cobria a casa”, seguido pela chegada dos agentes da repressão. A presença do DOPS converte o espaço de vida em espaço de vigilância e controle, exemplificando aquilo que Escobar (2000) identifica como a transformação dos territórios em não-lugares, subordinados aos interesses do desenvolvimento e da segurança do Estado. A própria narrativa denuncia esse processo ao afirmar que, “na colonização da Amazônia, o capital chegou primeiro, aramando as terras. Depois veio o camponês, espoliado, designado ao embrutecimento e ao desterro” (p.51). O trecho evidencia que a ocupação da Amazônia não priorizou seus habitantes, mas a expansão do capital e do projeto desenvolvimentista, convertendo o território em objeto de exploração e esvaziando seus significados sociais, culturais e afetivos.

Além disso, o texto demonstra como o conhecimento local, elemento central da teoria de Escobar (2000), é apropriado e instrumentalizado pelo aparato repressivo. Após ser preso, “Zé Veinho foi servir de guia para prender um ‘povo da mata’” (p.51), pois, caso recusasse, “o destino dos seus estaria nas mãos dos lobos febreiros da tortura e da infâmia” (p.51). O saber construído pela convivência com a floresta, conhecimento dos caminhos, da mata e das relações locais, deixa de ser expressão de pertencimento e passa a servir aos mecanismos de violência estatal. O resultado desse processo é o apagamento da própria subjetividade do camponês, sintetizado na conclusão do relato: “Viu tanta bestialidade que hoje sua voz emudeceu.” (p.51) O silenciamento de Zé Veinho representa, portanto, não apenas a violência física da repressão, mas também a destruição das ontologias relacionais que sustentavam sua existência no lugar, confirmando a crítica de Escobar (2000) de que a colonialidade não ocupa apenas territórios, mas rompe os vínculos entre sujeitos, natureza, memória e modos de vida.

Texto 3: “Imagem Araguaiana”

O texto narra a trajetória do autor durante a expedição ao Araguaia, em 1996, quando participou das buscas por informações sobre os desaparecidos da Guerrilha do Araguaia. A convivência com os camponeses da região permitiu o acesso a memórias, testemunhos e documentos silenciados pela ditadura, culminando na descoberta da fotografia do guerrilheiro Antônio de Pádua Costa, o “Piauí”, prova de que combatentes foram capturados vivos antes de serem executados. O relato evidencia o papel decisivo dos camponeses na preservação da memória da Guerrilha e na resistência ao apagamento promovido pelo Estado.

Sob a perspectiva de Arturo Escobar (2000), o texto demonstra que o Araguaia constitui um lugar no sentido político, epistêmico e relacional do termo, muito além de um simples espaço geográfico. A narrativa evidencia que o conhecimento sobre a Guerrilha não foi preservado pelos arquivos oficiais, mas pelos sujeitos profundamente enraizados no território. Isso se confirma quando o autor reconhece que

Apenas um detalhe nos diferenciava: os camponeses sabiam de histórias que ainda não haviam sido coletadas e mantinham relações com muitos dos protagonistas não-militares, como antigos mateiros, testemunhas oculares dos duros episódios da repressão (Fonteles Filho, 2013, p. 72)

Essa passagem dialoga diretamente com Escobar (2000), para quem os modelos locais produzem conhecimentos derivados das práticas e relações cotidianas estabelecidas no território. O lugar, portanto, emerge como espaço de produção de saberes que escapam às narrativas estatais e acadêmicas, reafirmando sua condição de território epistêmico.

Ao mesmo tempo, a narrativa revela que esse lugar foi alvo da colonialidade do poder e da lógica do não-lugar, denunciadas por Escobar (2000). O constante monitoramento da expedição: “por onde andávamos éramos seguidos por um carro preto, fumê” (p.72), a tentativa de impedir o trabalho de investigação e a ação do coronel Curió, que “esteve na casa de um ex-mateiro [...] para oferecer-lhe terras como condição para que não nos informasse nada” (p.72), evidenciam um projeto de controle territorial e de apagamento da memória. O próprio relato sobre as “operações de limpeza”, nas quais “os militares teriam andado pela ‘Água Fria’, retirando da terra os restos mortais” (p.73) dos guerrilheiros, demonstra como o Estado buscou transformar o Araguaia em um espaço sem memória, esvaziado de seus significados históricos e humanos. Nessa perspectiva, o território deixa de ser reconhecido como espaço vivido e passa a ser administrado como objeto estratégico do poder, reproduzindo aquilo que Escobar identifica como a colonização dos lugares pela racionalidade moderno-colonial.

Por fim, o texto evidencia que o lugar também é um espaço de reexistência, pois é no interior das comunidades camponesas que a memória resiste ao esquecimento imposto pelo Estado. A descoberta da fotografia de Antônio de Pádua Costa somente foi possível porque “aqueles camponeses guardaram a imagem por vinte anos, sempre escondida pelo silêncio das paredes da palha do babaçu” (p.74). Da mesma forma, o autor reconhece que “aqueles dias me ensinaram o sentido profundo da generosidade humana” (p.71) e afirma que “nunca aqueles irmãos da igualdade [...] me deixaram sozinho” (p.72). Essas passagens revelam que o território não preserva apenas vestígios materiais, mas também relações de solidariedade, confiança e pertencimento. Em consonância com Escobar (2000), o conhecimento local manifesta-se como prática coletiva de resistência, demonstrando que os camponeses não foram apenas testemunhas da Guerrilha do Araguaia, mas sujeitos fundamentais na preservação de sua memória, transformando o lugar em um verdadeiro projeto político de reexistência frente às tentativas de silenciamento da história.

Texto 4: “Sepultamentos verticais”

Revista Porto das Letras, Vol. 12. N. 1, 2026.

A Literatura como via de resignificação do passado: diálogos entre o Pensamento Decolonial e os projetos estéticos/teóricos decoloniais

O texto apresenta novas hipóteses sobre o destino dos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, especialmente a existência de sepultamentos verticais em bases militares, cisternas, poços e cemitérios. Com base em depoimentos de ex-militares e trabalhadores, o autor denuncia o ocultamento sistemático dos corpos pelos agentes da repressão e defende a continuidade das investigações como forma de reconstruir a memória histórica e garantir o direito à verdade.

No que tange à teoria de Escobar (2000), a narrativa evidencia que o território do Araguaia é um lugar de memória e de produção de conhecimento, cuja compreensão depende dos saberes construídos pelos sujeitos que viveram a experiência da repressão. As novas informações não surgem dos arquivos oficiais, mas da experiência daqueles que habitaram o território, como demonstra o relato de que “um ex-soldado que atuou naqueles sertões durante todo o ano de 1973” (p.104) passou a revelar detalhes sobre os sepultamentos clandestinos. Do mesmo modo, o autor afirma que “os véus, porém, aos poucos vão sendo retirados” (p.102), indicando que o conhecimento emerge da relação contínua entre memória, território e experiência. Tal perspectiva aproxima-se da concepção de Escobar (2000), segundo a qual o lugar constitui um espaço onde diferentes práticas e relações produzem conhecimentos próprios, frequentemente invisibilizados pela racionalidade moderna e pelos discursos oficiais.

A narrativa também revela o esforço do Estado em converter o Araguaia em um não-lugar, apagando seus vestígios históricos e rompendo os vínculos entre território e memória. O relato de que “os desaparecidos políticos do Araguaia teriam sido enterrados em cova-rasa” (p.102), posteriormente substituído pela hipótese das “covas verticais” (p.104), demonstra uma política deliberada de ocultação dos corpos. Essa lógica se intensifica quando o autor afirma que “as cabeças cortadas na Guerrilha eram enviadas, em caixas de isopor com gelo, até a capital paraense” (p.102), ou ainda quando denuncia que “um crânio do Araguaia foi encontrado numa cisterna” (p.102) e posteriormente levado para “lugar até hoje ignorado” (p.104). Esses trechos revelam que o território foi submetido a uma racionalidade de controle e apagamento, transformando espaços de vida em espaços de ocultação, exatamente como Escobar (2000) descreve ao analisar a colonialidade do território e a produção de espaços esvaziados de seus significados sociais, culturais e históricos.

Por outro lado, o texto demonstra que, apesar das estratégias de silenciamento, o lugar permanece como espaço de reexistência e resistência epistêmica. O autor insiste na

necessidade de “revisitarmos um conjunto de polígonos já pesquisados” (p.104) e afirma que “cada vez mais o problema de desvendar nosso passado ditatorial é de natureza política” (p.104). Ao valorizar os depoimentos de ex-soldados, trabalhadores e moradores da região, o texto reconhece que a verdade histórica está inscrita no próprio território e nas memórias daqueles que o habitam. A valorização do conhecimento local também aparece quando afirma que “os operários que encontraram aqueles poucos vestígios humanos disseram-me que a empresa orientou o silêncio aos peões. O problema é que peão fala” (p.104). Essa passagem evidencia que a memória resiste por meio dos sujeitos ordinários, confirmando a proposição de Escobar (2000) de que os lugares são territórios de produção de saberes insurgentes e de disputa política. Assim, o Araguaia deixa de ser apenas um espaço físico de desaparecimentos e torna-se um território vivo, onde a memória coletiva desafia continuamente as tentativas estatais de apagamento e reafirma o lugar como um projeto permanente de verdade, justiça e reexistência.

Texto 5: “Relatos de um homem morto”

O texto apresenta o depoimento de Raimundo Clarindo do Nascimento, conhecido como “Cacaúba”, ex-rastejador recrutado pelo Exército durante a Guerrilha do Araguaia. Seu testemunho revela detalhes sobre prisões, torturas, execuções e sepultamentos de guerrilheiros, além da atuação de militares na repressão aos movimentos insurgentes e às populações locais. O relato ganha contornos ainda mais dramáticos ao informar que Cacaúba foi assassinado em 2011, poucos dias após colaborar com as investigações sobre os desaparecidos políticos.

A partir da concepção de lugar desenvolvida por Escobar (2000), o depoimento de Raimundo Cacaúba demonstra que o Araguaia é um território onde o conhecimento é produzido pela experiência cotidiana e pelo enraizamento dos sujeitos na paisagem. O ex-rastejador conhecia profundamente a região e suas dinâmicas, razão pela qual foi recrutado para guiar as tropas militares. Seu relato está repleto de referências espaciais precisas, como “no local conhecido por Centrinho, ao lado do Rio Sororozinho” (p.113), “na região da Abóbora” (p. 113), “na Serra do Cajueiro” (p. 113) e “na grota da Lima” (p. 113). Esses elementos revelam aquilo que Escobar (2000) denomina de conhecimento local, construído por meio da interação permanente entre território, memória e prática social. Da mesma forma, a informação de que “os meninos do mato se comunicavam com os moradores [...] através de uma vara seca e uma vara verde” (p. 114) evidencia formas

próprias de comunicação e organização territorial, constituídas a partir das relações estabelecidas no lugar e inacessíveis à racionalidade externa do Estado.

Entretanto, o texto também evidencia a transformação desse lugar em um território de controle e colonialidade, conforme critica Escobar (2000). O saber territorial dos camponeses e mateiros deixa de servir à reprodução da vida e passa a ser apropriado pela máquina repressiva. O próprio Cacaúba afirma que foi “recrutado pelo 'doutor Antônio’” (p. 114) para atuar como rastejador das tropas militares, enquanto seu conhecimento dos caminhos da floresta era utilizado para localizar “os últimos guerrilheiros vivos” (p. 114). O depoimento descreve ainda diversas formas de violência praticadas sobre esse território, como a prisão e execução de combatentes: “a ‘Valkíria’ [...] foi presa [...] e foi morta pelo Capitão Magno” (p. 115); “vi o ‘Joca’ amarrado com embira, todo ‘obrado’ e muito machucado” (p. 115); e “seu corpo foi mantido em um lastro de madeira e depois retirado por um helicóptero” (p. 115). Essas passagens demonstram que o Araguaia foi convertido em um espaço de extermínio e vigilância, onde o território deixou de ser reconhecido como lugar de vida para tornar-se um instrumento da política de segurança nacional, reproduzindo a lógica moderno-colonial denunciada por Escobar.

A narrativa reafirma que o lugar permanece como espaço de memória, resistência e reexistência, mesmo diante das tentativas de apagamento promovidas pelo Estado. Após quase quarenta anos de silêncio, Cacaúba rompe o medo e oferece um testemunho que preserva a memória dos guerrilheiros e das populações locais, revelando acontecimentos que jamais constaram dos documentos oficiais. O autor destaca que “depois do silêncio de quase quarenta anos” (p. 115) o ex-rastejador prestou informações fundamentais às investigações, mas conclui tragicamente que “Raimundo ‘Cacaúba’ foi assassinado em fins de junho de 2011” (p. 115) e que, antes de morrer, “teria dito [...] que sua cabeça estava a prêmio” (p. 115). O assassinato do depoente demonstra que o conflito pelo controle do território também é uma disputa pelo controle da memória e da verdade histórica. Em consonância com Escobar (2000), o texto evidencia que o lugar não é apenas um espaço físico, mas um território político e epistêmico em permanente disputa, onde os saberes locais desafiam as narrativas oficiais e mantêm viva a história daqueles que foram silenciados pela violência da ditadura.

A seguir, apresenta-se o Quadro 1, que sintetiza a aplicação das categorias analíticas aos cinco textos examinados. Para cada narrativa, observou-se a representação do lugar, a posição atribuída ao camponês, o tratamento conferido à floresta e as principais

ausências relacionadas às categorias de lugar, agência epistêmica, sujeito político e territorialidade.

Quadro 1 – Síntese crítica

Texto	Tratamento do Lugar	Camponês	Floresta	Principais Ausências
Texto 1	Espaço afetivo e épico	Acompanhante	Mística, não política	Territorialidade como sujeito
Texto 2	Espaço de sustento e sonho	Protagonista silenciado	Ameaçada pela repressão	Resistência camponesa
Texto 3	Lugar relacional	Guardião da memória	Presente, mas secundária	Voz autônoma camponesa
Texto 4	Espaço técnico	Ausente	Inexistente	Relação território-saber
Texto 5	Campo de massacre	Vítima	Breve menção	Saberes locais

Fonte: Autor, 2025.

Embora *Araguaianas* seja uma obra de enorme valor político e histórico, sua centralidade narrativa permanece nos corpos guerrilheiros e na lógica da repressão. À luz de Escobar (2000), percebe-se que o lugar, como categoria de resistência e relacionalidade, é pouco explorado como agente epistêmico. Os camponeses, quando aparecem, são descritos com dignidade e humanidade, mas raramente como protagonistas de uma luta que também são deles, e cujas raízes estão nas práticas cotidianas, no cultivo da terra, no saber das matas e nas formas de resistência silenciosa.

Recontar a Guerrilha do Araguaia a partir do lugar, como propõe Escobar (2000), implica deslocar o eixo da narrativa do heroísmo armado para a resistência territorial e coletiva, em que o saber camponês, o cuidado com a floresta e a vivência local não sejam apenas pano de fundo, mas centro de uma nova leitura de mundo.

4 A ausência do lugar como ausência política

A leitura da obra *Araguaianas*, com o recorte dos cinco textos apresentados, à luz do pensamento de Arturo Escobar (2000), permite compreender que a ausência do lugar na narrativa memorialista não é apenas uma omissão descritiva ou estética, mas sim uma ausência política estruturante. Quando o lugar, “entendido como espaço vivido, relacional, culturalmente produzido e carregado de saberes locais” (p.133), é apagado ou

relegado ao pano de fundo, perde-se uma dimensão central da resistência: a resistência territorial e epistêmica, que antecede, acompanha e sobrevive à insurgência armada.

Escobar (2000) propõe que o lugar deve ser compreendido como uma categoria política e epistêmica, não como mero suporte físico das ações humanas. Quando o espaço é tratado como palco (cenário da guerrilha, da repressão, da fuga), como ocorre em grande parte de *Araguaianas*, sua densidade histórica e simbólica é diluída. Isso tem implicações concretas: ao não considerar o lugar como sujeito político, a narrativa enfraquece o papel das populações locais como atores ativos da resistência e como guardiões de um saber insurgente.

Segundo Escobar (2000, p. 115), “*Las esferas ecológicas públicas alternativas pueden abrirse de esta manera en contra de las ecologías imperialistas de la naturaleza y la identidad de la modernidad capitalista*”.⁵ A ausência do lugar, portanto, despotencializa a memória coletiva, pois retira dela os elementos que a conectam às práticas cotidianas, às formas de subsistência, aos modos de habitar e ao saber silencioso das comunidades camponesas. É o que Escobar denomina de epistemicídio territorial: a substituição do saber local por narrativas externas, mesmo quando bem-intencionadas:

Transformada hoy por la acometida del desarrollismo que conlleva la pérdida de conocimiento y territorio, además de convertir la naturaleza en una mercancía” (...) “Los activistas han introducido [...] la definición de ‘biodiversidad’ como ‘territorio más cultura’ (Escobar, 2000, p. 131).⁶

Conforme demonstrado na análise dos cinco textos, o camponês aparece frequentemente como vítima da repressão ou colaborador forçado. Raramente é representado como alguém que possui um conhecimento sobre o território, que age estrategicamente, que constrói alianças ou que resiste de forma autônoma. Esse silenciamento reduz o papel das populações locais à subalternidade histórica, desconsiderando que esses sujeitos já viviam formas de resistência e reexistência muito antes da chegada dos militantes do PCdoB.

⁵ As esferas ecológicas públicas alternativas podem abrir-se, dessa maneira, em oposição às ecologias imperialistas da natureza e da identidade da modernidade capitalista.

⁶ Transformada, hoje, pela investida do desenvolvimentismo, que acarreta a perda de conhecimentos e do território, além de converter a natureza em uma mercadoria (...) Os ativistas introduziram [...] a definição de ‘biodiversidade’ como ‘território mais cultura’ (Escobar, 2000, p. 131).

Na leitura escobariana, essa ausência constitui uma forma de despotencialização da resistência local. A resistência não começa com os guerrilheiros: ela é anterior, ela é territorial. E o apagamento dessa resistência enfraquece os vínculos entre memória, justiça e território, pois retira do povo local o lugar de enunciador da sua própria história.

A floresta, elemento central do Araguaia, é representada em *Araguaianas* quase sempre como ambiente de emboscada, esconderijo ou perseguição. Pouco se diz sobre o modo como os camponeses interagem com o ambiente, conhecem suas trilhas, usam suas plantas, respeitam seus ciclos. A natureza aparece como cenário, e não como entidade viva e integrada ao saber local.

Para Escobar (2000), essa perspectiva caracteriza o que ele chama de “não-lugar” moderno, ou seja, um espaço funcionalizado, esvaziado de sentido, moldado pela lógica externa do capital ou da guerra: a reterritorialização política e epistêmica exige revalorizar o lugar como espaço ecológico de resistência e reinvenção.

A ausência da floresta como território simbólico e relacional, portanto, não é neutra: ela desarticula a dimensão ecológica da resistência, impedindo que a insurgência seja lida como também ambiental, enraizada e relacional. Isso limita a capacidade da narrativa de reconhecer a complexidade ontológica do território, onde natureza e cultura, vida e luta, convivem em um tecido único.

A ausência do lugar em *Araguaianas* revela uma limitação mais ampla: a dificuldade de construir uma memória insurgente que seja ao mesmo tempo política e territorial. Como argumenta Escobar (2000), que a construção de futuros alternativos depende da valorização dos saberes locais e dos territórios como fontes de resistência e reexistência. Portanto, a reconstrução da memória do Araguaia não pode se restringir ao heroísmo ou ao militarismo. Ela precisa considerar também as formas silenciosas, relacionais e cotidianas de luta, aquilo que se produz no chão, na roça, no rio, na fala e na mata.

Nesse sentido, o resgate da Guerrilha do Araguaia como experiência histórica emancipadora exige também uma ecologia do saber, como propõem os autores decoloniais. Significa escutar os camponeses não apenas como vítimas ou coadjuvantes, mas como agentes da história, portadores de uma racionalidade ecológica, comunitária e insurgente que foi apagada, tanto pela ditadura quanto por parte das narrativas posteriores.

A ausência do lugar na obra *Araguaianas* não é apenas uma falha de representação: é uma ausência política e epistêmica, que reduz a potência transformadora

do território e silencia os sujeitos que o habitam. À luz de Arturo Escobar (2000), é possível afirmar que a luta pela memória da Guerrilha do Araguaia só será completa se for também uma luta pela reterritorialização da narrativa. Ou seja, contar a história a partir do lugar (e não apenas sobre ele) é condição para que a memória seja instrumento de justiça, dignidade e reconstrução de futuros possíveis.

A análise dos textos da obra *Araguaianas*, de Fonteles Filho, à luz do conceito de lugar proposto por Arturo Escobar, revela uma lacuna significativa na construção da memória da Guerrilha do Araguaia: a ausência do lugar como categoria política e epistêmica. Embora a obra seja um esforço louvável de preservação da memória histórica e de denúncia das atrocidades da ditadura civil-militar brasileira (1964–1985), sua narrativa centra-se predominantemente no heroísmo dos militantes do PCdoB e na violência repressiva do Estado, relegando o território do Bico do Papagaio e os saberes camponeses a um papel secundário, frequentemente reduzido a cenário ou pano de fundo. Essa ausência não é apenas uma questão estilística ou descritiva, mas reflete uma limitação política e epistemológica que enfraquece a potência transformadora da memória da guerrilha.

Considerações finais

A análise dos cinco textos de *Araguaianas* evidenciou que a obra constitui uma importante narrativa memorial sobre a Guerrilha do Araguaia, contribuindo para a preservação da memória da resistência e para a denúncia das violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura civil-militar brasileira. Entretanto, à luz do conceito de lugar formulado por Arturo Escobar (2000), verificou-se que a narrativa privilegia a memória da resistência armada, atribuindo menor centralidade às experiências territoriais dos camponeses, aos saberes produzidos no espaço vivido e às relações estabelecidas entre comunidade, natureza e território.

A aplicação das categorias analíticas lugar, não-lugar, agência epistêmica, reterritorialização e sujeito político permitiu identificar que o Bico do Papagaio aparece predominantemente como cenário dos acontecimentos, e não como um território produtor de conhecimentos, identidades e formas próprias de resistência. Do mesmo modo, os camponeses, embora desempenhem papel fundamental no desenvolvimento da narrativa, são frequentemente representados como colaboradores ou testemunhas da guerrilha,

enquanto seus conhecimentos sobre a floresta, os rios, as trilhas e as dinâmicas locais recebem menor reconhecimento como elementos constitutivos da resistência.

Os resultados também demonstram que a memória da Guerrilha do Araguaia pode ser ampliada quando o território é compreendido como dimensão constitutiva da experiência histórica. Nessa perspectiva, a resistência não se limita ao enfrentamento militar, mas incorpora práticas cotidianas de permanência, solidariedade, cuidado com a terra e produção de saberes, desenvolvidas pelas populações locais. Tal leitura permite compreender que a história da Guerrilha envolve não apenas os militantes, mas também os sujeitos que construíram formas de resistência vinculadas ao lugar.

Sob a perspectiva dos estudos literários, verificou-se ainda que *Araguaianas* organiza a memória da Guerrilha por meio de escolhas narrativas que conferem visibilidade a determinados acontecimentos e personagens, ao mesmo tempo em que relegam outros a um plano secundário. Como assinalam Ricoeur (2007) e Candau (2019), toda narrativa de memória implica processos de seleção, representação e silenciamento. Assim, a obra reafirma seu valor como testemunho da violência de Estado, mas também evidencia os limites de sua representação ao conferir menor protagonismo às experiências territoriais e às epistemologias produzidas pelos camponeses.

Por fim, este estudo contribui para o diálogo entre os estudos decoloniais, a crítica literária e os estudos da memória ao demonstrar que a categoria lugar amplia a compreensão da Guerrilha do Araguaia para além da dimensão político-militar. Ao evidenciar o papel do território e dos saberes locais na construção da memória, a pesquisa propõe uma leitura que reconhece o Araguaia como espaço de produção de conhecimentos, identidades e resistências, contribuindo para o fortalecimento de abordagens comprometidas com a pluralidade de sujeitos e experiências que constituem esse episódio da história brasileira.

Referências

ALVES, J. P. C.; FIGUEIREDO, C. A. S. A Guerrilha do Araguaia: recepção crítica num percurso histórico. *Revista Querubim – Revista Eletrônica de Trabalhos Científicos nas Áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais*, ano 21, n. 55, v. 3, fev. 2025. Disponível em: < <https://periodicos.uff.br/querubim/issue/view/3168/1063> >. Acesso em 31 de maio de 2025.

ALVES, J. P. C.; CARDOSO, S. P. Da educação moral e cívica de 1969 às escolas cívico-militares de 2019: a ideologia da ditadura cívico-militar não dorme. In: FIGUEIREDO, C, A. S.; CARVALHO, M. J. R. de; GONÇALVES, I. A. (Orgs.). *Ditadura civil-militar*

brasileira (1964-1985): ruptura institucional e reflexos dos 21 anos de período ditatorial. João Pessoa: Periodicojs Editora, 2024.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade (CNV). *Estudo do PCdoB para implantação da Guerrilha no Araguaia (1968-1972)*. Brasília: CNV, 2014.

CANDAU, J. *Memória e identidade*. Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2019.

CAMPOS FILHO, R. P. *Guerrilha do Araguaia: esquerda em armas*. Goiânia: UFG, 1997.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e Eurocentrismo. In: LANDER, E. (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005

ESCOBAR, A. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo? In: LANDER, E. (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

FIGUEIREDO, C. A. S.; GOMES, I. Camponeses atingidos pela Guerrilha do Araguaia: os limites institucionais da Comissão de Anistia. *Sillogés*, v. 3, n. 1, p. 248-271, jan./jun. 2020. Disponível em: <
<https://historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/124/107>>. Acesso em 31 de maio de 2025.

FIGUEIREDO, C. A. S. A Guerrilha do Araguaia na literatura: memória e resistência. *Revista Porto das Letras*, v. 9, n. 3, 2023. Dossiê: IV GELLNORTE – Desafios da Educação e da Pesquisa no Contexto da Amazônia Brasileira: Estudos Literários. Disponível em: <
<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/17448/21985>>. Acesso em: Acesso em 31 de maio de 2025.

FONTELES FILHO, P. *Araguaianas: As histórias que não podem ser esquecidas*. São Paulo: Anita Garibaldi e Fundação Maurício Grabois, 2013

GROSGOUEL, R. La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 4, p. 17-46, jan./jun. 2006. Disponível em: <
<https://www.revistatabularasa.org/numero04/la-descolonizacion-de-la-economia-politica-y-los-estudios-postcoloniales-transmodernidad-pensamiento-fronterizo-y-colonialidad-global/>>. Acesso em Acesso em 31 de maio de 2025.

HALBWACHS, M. *A Memória coletiva*. Trad. de Laurent Léon Schaffter. Tradução de: La mémoire collective. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

JELIN, E. *Los Trabajos de la memoria*, Madrid, siglo XXI, 2002.

LUGONES, M. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008.

MIGNOLO, W. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio (Tradução de Dora Rocha Flaksman). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2. n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <

https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em Acesso em 31 de maio de 2025.

REIS, D. A. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, jan./jun. 2010.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SOUZA, F. F. de. Operação Condor: terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. *Revista Aedos*, Porto Alegre, v. 3, n. 8, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/12769/11960>>. Acesso em Acesso em 31 de maio de 2025.

WALLERSTEIN, I. M. *O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, 2002.